

# O Efeito George Floyd e as contribuições de Clóvis Moura para pensar Monumentos e Contramonumentos

Elisângela Oliveira Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre o conceito de contramonumento a partir do pensamento de Clóvis Moura. Por meio da mobilização de algumas de suas produções teóricas, busca-se compreender como sua leitura sobre a resistência negra e a disputa simbólica contribui para repensar a presença da memória negra no espaço público. A análise concentra-se especialmente na escultura dedicada à Mãe Preta, localizada na cidade de São Paulo, examinando as tensões e reinterpretações em torno de seus sentidos. A discussão se mostra particularmente relevante no contexto atual, em que o chamado “Efeito George Floyd” instaurou um divisor de águas no debate sobre homenagens públicas, provocando revisões críticas de monumentos e a emergência de contramonumentos. A partir disso, o artigo se orienta por duas perguntas principais: de que modo as lutas do passado podem iluminar as lutas do presente? e como o pensamento de Moura nos ajuda a pensar em termos de contramonumento através de práticas, rituais e efemérides negras?

**Palavras-chave:** Monumento. Contramonumento. Mãe Preta. Clóvis Moura.

**Abstract:** This article aims to reflect on the concept of the countermonument through the lens of Clóvis Moura’s thought. By engaging with some of his key theoretical works, it seeks to understand how his interpretation of Black resistance and symbolic struggle contributes to rethinking the presence of Black memory in public space. The analysis

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (PPGS/IFCH/UNICAMP).

focuses particularly on the Mãe Preta (Black Mother) sculpture in São Paulo, examining the tensions and reinterpretations surrounding its meanings. The discussion is especially relevant in the current context, in which the so-called “George Floyd Effect” has marked a turning point in debates about public commemoration, provoking critical reassessments of monuments and the emergence of counter-monuments. Accordingly, the article is guided by two central questions: how can the struggles of the past illuminate those of the present? And how does Moura’s thought help us construct a concept of counter-monument grounded in the historical practices of Black resistance?

**Keywords:** Monument. Counter-monument. Mãe Preta. Clóvis Moura.

## 1. Introdução — Monumentos, Contramonumentos e Clóvis Moura

A discussão sobre monumentos e contramonumentos ganha espaço no debate público como forma de disputar a memória do passado a partir das lutas e dos significados atribuídos a ela no presente. Se os monumentos se erguem a partir de uma narrativa oficial da história de uma nação, buscando reforçar laços de unificação e solidificar uma *comunidade imaginada*, ao mesmo tempo tentam silenciar o conflito que funda essa história. Em sentido inverso, contramonumentos evidenciam justamente esses pontos de tensão, assumindo um papel estético e político de resistência e reinterpretação da memória coletiva.

Embora o foco central deste artigo seja a reflexão em torno dos *contramonumentos*, é importante diferenciá-los dos *antimonumentos*<sup>2</sup>. O termo *antimonumento*, conforme apresentado por Seligmann-Silva (2016), refere-se a práticas políticas e artísticas de testemunhas, ativistas e familiares de vítimas do nazismo e de ditaduras, que, por meio da

---

<sup>2</sup> Em minha banca de exame de qualificação, o professor e pesquisador Márcio Seligmann-Silva, um dos principais tradutores da discussão sobre *antimonumentos* no Brasil, direcionou a importância de tal diferenciação. Diante da ausência de estudos fazendo essa diferenciação, achei que seria oportuno uma discussão ensaística considerando as contribuições de Clóvis Moura.

evocação das memórias de dor e trauma, rejeitam completamente a forma monumental tradicional — totalizante, heroica e conciliadora — em favor da fragmentação e da crítica. Já o contramonumento designa intervenções artísticas no espaço urbano que desafiam a estética homogênea e o simbolismo do herói pátrio, propondo outros e novos sujeitos de memória — figuras que, dependendo do ponto de vista, podem ser lidas como vilãs, anti-heróis ou expressões de resistência. Essas produções tensionam a ideia clássica de heroísmo e expõem as ambiguidades e contradições da história oficial, mesmo quando não estão diretamente vinculadas ao luto ou à violência de Estado, como ocorre nos antimonumentos.

Nesse sentido, ambos os conceitos partilham o gesto de enfrentamento à lógica monumental e às versões institucionais da história e da memória coletiva, pois desnudam os mitos da conciliação e revelam os conflitos e exclusões subjacentes às narrativas nacionais. É nesse ponto que se torna necessário revisitar o próprio significado de “monumento”, entendido aqui em sua concepção tradicional: uma forma de homenagem heroica, frequentemente bélica, voltada a exaltar personagens considerados centrais na construção de uma identidade nacional nos processos de consolidação do Estado-nação.

Acerca da disputa pela memória e os ideais pátrios, destaca Clóvis Moura no artigo *Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder*:

Esses heróis ‘oficiais’ continuam sendo Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho, Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel, Barão de Cotegipe, Feijó, Barão do Rio Branco e, também, Deodoro da Fonseca e os demais participantes do golpe militar republicano. [...] Por outro lado, continuam a ser anti-heróis Zumbi, os heróis da Revolta dos Alfaiates na Bahia de 1798 (Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira) [...] e todos aqueles que constituem o grande painel de heróis sem monumentos, mas que desarticularam as estruturas de poder em vários momentos

da nossa história. [...] Defender a Pátria é, historicamente, esmagar a República de Palmares; é esmagar a República Pernambucana de 1817; a Inconfidência Baiana; a Sabinada; a Cabanagem; a Balaiada; Canudos e Contestado; os Mukers; as revoltas escravas; a Revolução Praieira; o movimento da Aliança Nacional Libertadora e os guerrilheiros do Araguaia. (MOURA, 1990: 53-57)

É nesse aspecto que este artigo se relaciona com o pensamento de Clóvis Moura, um dos grandes intérpretes do Brasil. Sua obra, especialmente *Rebeliões da Senzala*, com primeira publicação em 1959, marca uma inflexão decisiva na historiografia sobre o negro e a escravidão ao romper com as leituras conciliatórias e recolocar o conflito como força motriz. Moura interpreta a escravidão a partir dos antagonismos de classe, no qual a ação política dos escravizados se constitui em fundamento da própria história do Brasil. Como observa o pesquisador Márcio Farias em seu livro *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*:

Pelo tema em si, *Rebeliões da Senzala* (1959) revolucionou a historiografia da escravidão. Ainda que a produção historiográfica brasileira sobre a escravidão seja vasta e volumosa [...] ao lermos o balanço feito por Marquese (2016), sobre as produções entre as escolas estruturalistas e da nova historiografia brasileira, iniciada em idos de 1980 e marcada pela difusão de cursos de pós-graduação que ampliaram (em quantidade) o número de pesquisas sobre a escravidão no Brasil, continuamos tendo o texto de 1959 como marco (Farias, 2024: 120-121 Apud Marquese 2016).

Farias destaca ainda que, a partir da década de 80, a historiografia da escravidão passou a se confrontar com as leituras estruturalistas da chamada escola paulista da Universidade de São Paulo (USP), influenciada pelo pensamento marxista inglês de E. P. Thompson.

A noção de experiência, desenvolvida por Thompson como chave analítica para compreender a formação das classes sociais, tornou-se referência metodológica para boa parte das pesquisas daquele período. Ao situar esse embate, Farias evidencia o caráter precursor de Moura, que já havia formulado, décadas antes, uma interpretação que articula estrutura e agência, antecipando preocupações que viriam a ser centrais na historiografia posterior (Idem, p. 126).

Além de *Rebeliões da Senzala*, merece destaque *Dialética Radical do Brasil Negro*, publicada em 1994, momento em que Moura revisita e aprofunda suas formulações teóricas à luz das transformações políticas do período:

Na década de 1980 tinha-se o movimento de ascensão das massas, no entanto, o revés político da década de 1990, quando da desertificação neoliberal, colocou novos desafios analíticos no horizonte dos militantes sociais ligados à causa da classe trabalhadora. É nesse contexto que Clóvis Moura escreve sua obra mais importante: *Dialética radical do Brasil negro*. A forma de apresentação do livro volta a ter o caráter hermético de outros momentos da sua trajetória intelectual. O texto apresenta-se como uma espécie de tentativa de reencontrar as frestas para a abertura da janela histórica à revolução brasileira. Ainda que nela se atualizem categorias de análises que já haviam surgido na década de 1980, há um estudo minucioso da formação do Brasil, elevando as categorias que outrora subsidiaram suas pesquisas a um grau teórico rico e sofisticado. (Idem, p. 204)

A partir desse breve apanhado de *Rebeliões da Senzala* e de *Dialética Radical do Brasil Negro*, que até aqui nos serviu para apresentar algumas das ideias centrais desenvolvidas por Clóvis Moura, passo a destacar uma seleção de outros textos do autor que ajudam a pensar a dinâmica contemporânea dos monumentos e disputas da memória negra. Ao longo deste artigo, revisitarei com o leitor *Sociologia do Negro*

*Brasileiro* (1998) e *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* (2021). A partir de algumas passagens, mobilizo argumentos e reflexões do autor que contribuem para uma leitura historicizada da memória e das disputas pelos sentidos que moldam o presente a partir da discussão sobre contramonumentos. Como Clóvis Moura, a partir das experiências negras, nos ajuda a construir a ideia de contramonumento? Como conectá-las com as lutas por memória do tempo presente?

Partindo dessas questões e das reflexões que venho desenvolvendo em minha pesquisa de doutorado em sociologia na Unicamp<sup>3</sup>, apresento a discussão sobre monumentos e contramonumentos, introduzida neste tópico e aprofundada nas seções seguintes, como expressão contemporânea das lutas pela definição do que deve ser lembrado, celebrado ou contestado na esfera pública ou de contrapúblicos<sup>4</sup>. Esse debate ganha nova força a partir do que denomino **Efeito George Floyd (EGF)**, momento em que a morte do norte-americano negro sob custódia policial, em 2020, desencadeou uma onda global de questionamento aos símbolos do colonialismo e da escravidão, além de favorecer ações relacionadas ao discurso comercial de diversidade e inclusão (DEI).

No centenário de Clóvis Moura, o objetivo deste artigo é evidenciar a atualidade de seu pensamento para compreender as batalhas simbólicas e materiais travadas em torno da memória e do patrimônio, destacando como a reinterpretação de monumentos se inscreve em um campo de disputa mais amplo, aquele que articula memória, classe e raça como dimensões indissociáveis da crítica mouriana ao capitalismo e ao racismo estrutural.

---

<sup>3</sup> A investigação de doutorado se concentra na luta por processos de patrimonialização da memória negra na cidade de São Paulo nos dias de hoje e é financiada pela Capes/Proex.

<sup>4</sup> Em referência a *contrapúblico subalterno* de Nancy Fraser (1997: 113-132). São esferas paralelas de organização política que se manifestam como resposta às exclusões praticadas pelos públicos dominantes.

Assim, a queda ou a reinterpretação de monumentos não se restringe a um gesto iconoclasta isolado, ou a ações de representatividade sem compromisso social, mas revela uma disputa mais profunda, coletiva e global, sobre quais histórias merecem permanecer visíveis e quais continuam soterradas sob a ideologia da harmonia racial e nacional.

A seguir, abordarei o contexto do EGF como um divisor de águas no debate sobre monumentos considerados racistas, destacando como o ciclo de lutas que se instaurou, contribuiu para a construção de uma rede de solidariedade internacional que passa a incorporar pautas antirracistas e por reparação na América Latina e Caribe, com recorte especial no Brasil. Em seguida, apresento o exemplo da cidade de São Paulo, e reflexões sobre a escultura da Mãe Preta no Largo do Paissandu, analisando de que modo as transformações recentes dialogam com seu percurso histórico. As considerações finais buscam articular os argumentos desenvolvidos ao longo do texto à base teórica de Clóvis Moura, ressaltando sua relevância para os estudos sobre contramonumentos e memória coletiva.

## **2. Um divisor de águas: o Efeito George Floyd (EGF) e a discussão sobre símbolos racistas em ruas e praças públicas**

Uma das maiores manifestações globais das últimas décadas ocorreu em um momento de isolamento e medo coletivos: o auge da pandemia de Covid-19. A morte brutal de George Floyd, homem negro asfixiado por um policial branco em Minneapolis, em maio de 2020, desencadeou uma onda de protestos que ultrapassou fronteiras, unindo vozes contra o racismo estrutural e a violência policial. Nas ruas e nas redes, a frase “não consigo respirar”, repetida mais de vinte vezes por Floyd momentos antes de morrer, ecoou como geral de um sistema que há séculos nega o direito ao ar, à vida — às populações racializadas.

A cena, transmitida ao mundo inteiro, revelou a persistência de uma tática de execução que atravessa a história da escravidão moderna e do capitalismo, que são as políticas e mecanismos de controle social. Em meio a uma pandemia marcada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que vitimou de forma desproporcional pessoas não brancas e pobres, o episódio expôs de forma cruel as camadas de sufocamento físico, social e simbólico que estruturam o racismo e capitalismo sob a égide neoliberal. No contexto norte-americano, expôs mais uma vez, a deficiência de um sistema de saúde privado, diante de um problema público de saúde.

O movimento que se alastrou em decorrência da morte de George Floyd, não apenas denunciou uma dura realidade de extermínio da população negra que ultrapassa fronteiras e o Atlântico; também reacendeu debates sobre símbolos e espaços que sustentam a memória do colonialismo e da escravidão, de estátuas derrubadas a novos símbolos incorporados na paisagem urbana.

O fato de o epicentro dessas manifestações estar nos Estados Unidos, um país imperial que se pretende modelo de democracia, deu visibilidade internacional às contradições que persistem da exploração racial e econômica. É nesse ponto que o pensamento anticapitalista e antirracista de Clóvis Moura oferece ferramentas fundamentais para compreender as complexidades desse momento histórico e os sentidos políticos da derrubada dos monumentos: não como simples atos de destruição, mas como gestos de reescrita da memória e afirmação da humanidade negra através do protesto.

A eclosão dos protestos liderados pelo movimento *Black Lives Matter* em 2020, logo após a morte de Floyd, representou uma inflexão histórica, o que na sociologia chamamos de mudança social. O movimento ultrapassou a denúncia da violência policial contra corpos negros, revelando também as desigualdades estruturais expostas pela crise sanitária. Em entrevista para o portal *Disenz* em junho de 2020, após duas semanas da morte de Floyd, o escritor e historiador Asad Haider deixa claro o sentido de mudança social:

O que está acontecendo é que, nas condições da crise pandêmica e da depressão econômica, um dos aspectos mais antigos do racismo americano – a violência policial dirigida especificamente aos negros – provocou uma revolta. Isso já aconteceu antes, é claro. Mas nas condições atuais, o levante também está respondendo à crise social, econômica e política subjacente e atingiu **níveis sem precedentes** de militância espontânea. É por isso que os confrontos antagônicos com a polícia também são complementados com o antagonismo contra o capital que está resultando em destruição de propriedades, saques e assim por diante. Tudo isso levou a um nível de inquietação na sociedade americana que tem o potencial de se tornar o maior agente de **mudança social** que testemunhei em minha vida adulta (HAIDER, 2020, tradução nossa, grifo nosso)<sup>5</sup>.

A radicalização do movimento foi condenada pela gestão de Donald Trump, que rapidamente criminalizou as manifestações e intitulou de atos da *extrema esquerda, antifascista e terrorista*<sup>6</sup>. A criminalização do movimento serviu para expandi-lo, o levante rapidamente se alastrou para os 50 estados norte-americanos e alcançou mais de 60 países (Weine et al., 2020), produzindo efeitos concretos no espaço público. Os protestos incendiaram a delegacia dos policiais envolvidos na morte de Floyd em Minneapolis, atearam fogo em outros prédios, além de intervenções políticas em monumentos confederados e racistas<sup>7</sup>. Para se ter uma ideia, só em 2020, após o assassinato de Floyd, mais de 160 monumentos e símbolos confederados foram removidos

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.disenz.net/en/asad-haider-we-cannot-solve-racism-by-voting-against-donald-trump/>> [Acesso em: 10/10/2025]

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-31/um-trump-desafiador-acusa-extrema-esquerda-por-protestos-contra-morte-de-george-floyd.html>> [Acesso em: 10/10/2024]

<sup>7</sup> Disponível em: <George Floyd: Protesters set Minneapolis police station ablaze> [Acesso em: 10/10/2025]

e renomeados — número superior ao somatório dos quatro anos anteriores<sup>8</sup>.

Muito se noticiou, à época, sobre as manifestações europeias em solidariedade ao movimento *Black Lives Matter*, com destaque para o episódio ocorrido em Bristol, no Reino Unido, quando manifestantes derrubaram a estátua de Edward Colston — “membro do Parlamento Britânico e responsável pela morte de mais de 19 mil negros nas Américas e Caribes” (Damasceno, 2021:3). No entanto, pouco se discutiu sobre como essa mesma onda de contestação se desdobrou na América Latina e no Caribe, a periferia do capitalismo, regiões marcadas por regimes escravistas que se tornaram pilares fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo central<sup>9</sup>. Uma das poucas análises sobre esse contexto é a do sociólogo Wagner Damasceno (2021), que observa como movimentos sociais em países como Colômbia e Brasil também revisitaram seus símbolos históricos, tensionando as narrativas oficiais e a presença monumental do colonialismo em seus espaços públicos.

Vale destacar, contudo, que esse movimento de ressignificação simbólica já vinha se intensificando em alguns países latino-americanos antes mesmo da eclosão global do *Black Lives Matter*. No Chile, entre 2019 e 2020, momentos antes do EGF, as mobilizações sociais conhecidas como *estallido social* transformaram praças e avenidas em arenas de disputa pela memória. Estima-se que mais de 300 monumentos públicos tenham sido danificados ou ressignificados durante os três meses de protestos que colocaram o país diante da necessidade de profundas reformas institucionais. Nessas intervenções, as esculturas coloniais tornaram-se suportes de denúncia e de expressão popular — como em La Serena, onde manifestantes substituíram a estátua do

---

<sup>8</sup> O Southern Poverty Law Center, responsável por uma campanha de remoção de monumentos confederados, divulgou relatório a respeito. Disponível em: <https://www.splcenter.org/symbols-confederacy-removed-george-floyds-death> [Acesso em 10/10/2025]

<sup>9</sup> Além das obras já citadas, ver mais sobre essa discussão em *O Negro, de Bom escravo a Mau Cidadão?* (2021), segunda parte: *O negro na emancipação da América Latina*.

colonizador espanhol Francisco de Aguirre por “Milanka”, figura feminina inspirada na cultura indígena diaguita, num gesto que simboliza a emergência de outras memórias e presenças no espaço público<sup>10</sup>.

Na Cidade do México, na Guatemala, na República Dominicana, na Martinica, na Jamaica, nas Bahamas e em Barbados, para citar apenas alguns exemplos, multiplicaram-se as mobilizações voltadas à contestação de símbolos coloniais e à reivindicação de reparações históricas<sup>11</sup>. Embora muitas dessas ações tenham raízes em lutas anteriores, o contexto de 2020 fez convergir diferentes agendas contracoloniais e antirracistas, articulando-as em torno de um mesmo horizonte de denúncia e transformação social.

Não foi diferente com o Brasil. Presenciamos a morte brutal de Alberto Freitas no supermercado Carrefour, em Porto Alegre, na véspera do dia da consciência negra (2020). O caso ficou conhecido como George Floyd brasileiro e reacendeu o debate sobre como as vidas negras latinas também importam. Naquele momento, houve a fatídica fala do então vice-presidente Mourão, afirmando uma democracia racial no país, como forma de desqualificar as manifestações que se seguiram e que comparavam o caso norteamericano com a sistemática morte de jovens negros no Brasil. Do ponto de vista das batalhas simbólicas, não podemos deixar de lembrar da guerra instaurada por Sérgio Camargo contra os acervos da cultura negra durante sua gestão na Fundação Palmares, evento que demonstrou a censura como uma das muitas facetas fascista do bolsonarismo.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/protestos-no-chile-questionam-historia-oficial-de-estatuas-monumentos-nacionais-24210241>> Acesso em: 10/10/2025

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-12/substituicao-da-estatua-de-colombo-divide-os-especialistas-decisao-inteligente-desatino-e-golpe-a-memoria.html>>; <<https://republica.gt/seguridad-y-justicia/absuelven-a-rudy-amilcar-lopez-pablo-procesado-por-destruir-un-monumento-el-12-de-octubre--20233216500>>; <<https://aldianews.com/es/culture/patrimonio-e-historia/piden-retirar-colon>>; <<https://www.opendemocracy.net/pt/black-lives-matter-lutas-anti-racismo-america-latina/>> [Acesso em: 10/10/2025]

Um dos episódios mais emblemáticos, e também mais polêmicos, do debate contemporâneo sobre monumentos e homenagens a figuras históricas controversas foi o incêndio do monumento dedicado ao bandeirante Borba Gato, em São Paulo, em 2021. O ato ocorreu em um dia de grande efervescência política na cidade, marcado simultaneamente pela realização da *Marcha para Jesus*, no Parque do Ibirapuera, e por uma manifestação na Avenida Paulista contra o governo Bolsonaro<sup>12</sup>. Apesar do alerta de profissionais de saúde para evitar aglomerações em razão do agravamento da pandemia e do número de mortes, os movimentos contrários à gestão criminosa de Bolsonaro e seus colegas decidiram ir às ruas.

O incêndio do monumento, conduzido por integrantes do movimento *Revolução Periférica*, reacendeu discussões sobre o significado das estátuas erguidas em tributo a personagens associados à escravidão, à violência colonial e ao genocídio de populações negras e indígenas, atingindo um dos maiores símbolos da elite paulista. A repercussão nacional do “Borba Gato em chamas” evidenciou como as disputas simbólicas em torno do passado estão profundamente entrelaçadas às lutas políticas do presente<sup>13</sup>. As reações que se seguiram, da condenação jurídica e moral às novas intervenções artísticas e manifestações públicas, revelaram a cidade como um espaço privilegiado de confrontos entre memória, poder e resistência.

É a partir dessa conjuntura que o próximo tópico se detém sobre a capital paulista, analisando como o pensamento de Clóvis Moura nos ajuda a compreender a dinâmica dessas disputas no espaço urbano e as disputas sociais intrínsecas em torno de uma memória coletiva.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/24/marcha-para-jesus-em-sao-paulo.ghtml>>; <

<sup>13</sup> A respeito disso escrevi em parceria com Mário Medeiros o artigo “Borba Gato em chamas: disputas pela memória social, lutas negra e periférica em São Paulo.” (2024).

### 3. A cidade como campo de disputa: memória negra e contramonumentos em São Paulo

Em São Paulo, o debate sobre monumentos e homenagens ganhou contornos especialmente intensos após o EGF. A cidade, que concentra marcos esculturais como *O Monumento às Bandeiras*, *Borba Gato*, *Monumento à Independência*, *Obelisco do Ibirapuera*, passou a ser também o principal palco de tensionamentos em torno de quem deve, ou não, ser lembrado no espaço público. De acordo com pesquisa inédita do Instituto Pólis (2020)<sup>14</sup>, utilizando dados da plataforma Geosampa, os monumentos dedicados a “figuras controversas”, sobretudo associadas à escravidão e à ditadura militar, são os mais preservados, possuem maior visibilidade e dimensões monumentais, além de representarem, em sua grande maioria, corpos masculinos e brancos. Até então, não havia levantamentos que quantificasse essas disparidades racial e de gênero dos monumentos da cidade.

Nesse mesmo contexto, marcado pelo impacto global do assassinato de George Floyd e pelo acirramento dos debates antirracistas, emergem propostas legislativas por parte da esquerda em favor da proibição de homenagens a qualquer figura que tenha/teve relação com a escravidão: em nível nacional (PL 5296/2020), estadual (PL 404/2020/SP) e municipal (PL 47/2021/SP)<sup>15</sup>. Também houve a promulgação da Lei nº 8.2025/2023, do ex-vereador Chico de Alencar (PSOL), que proíbe, na cidade do Rio de Janeiro, a homenagem a figuras ligadas à escravidão<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> A própria emergência de uma pesquisa com esse propósito, no contexto em questão, reafirma como a discussão pautou ações e iniciativas que passam a questionar os monumentos tradicionais.

<sup>15</sup> Os projetos, respectivamente, são de autoria da Deputada Federal Taliria Petrone (PSOL/RJ); então Deputada Estadual Érica Malunguinho (PSOL/SP) e da vereadora Luana Alves (PSOL/SP).

<sup>16</sup> Não listarei mais projetos, sendo necessário afirmar que os que estão mencionados aqui não foram os únicos. Fica em aberto a necessidade de uma pesquisa para mapear os projetos de mesmo cunho no período em destaque (2020- 2025).

Além dos projetos em favor da retirada e proibição, houveram iniciativas contrárias ao movimento. No âmbito legislativo é notório o PL 718/2021 do vereador Carlos Bolsonaro (PL), que propôs “sanções aplicáveis aos responsáveis por casos de vandalismo à monumentos, estátuas, bustos e marcos públicos da cidade do Rio de Janeiro”. ele faz citação ao movimento *Black Lives Matter*: “Numa espécie de mimetismo tropical, vemos agora, no Brasil, uma edição do mesmo terrorismo doméstico que assola norte-americanos e que se espalhou para países como a Inglaterra, França e Alemanha.”. As múltiplas menções ao ato contra o monumento do bandeirante Borba Gato são exemplos de como a discussão impactou nacionalmente.

São Paulo acaba servindo como referência para pensarmos a discussão central do artigo, monumentos, contramonumentos e antimonumentos, justamente pela singularidade. Nesse sentido, é no cenário pós EGF que se multiplicam as novas esculturas dedicadas a personalidades negras na cidade. A primeira delas, inaugurada em 2020, homenageia o arquiteto negro do período escravocrata, Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas, cuja trajetória revela a presença negra na construção da cidade. Pouco tempo depois, já nos dias seguintes à queima do monumento ao bandeirante Borba Gato, foram anunciadas homenagens a Itamar Assumpção, Geraldo Filme, Adhemar Ferreira da Silva e Carolina Maria de Jesus<sup>17</sup>, uma resposta institucional que, ao mesmo tempo em que se apresentava como gesto “reparador”, expunha a complexidade das relações entre o poder público e os movimentos sociais. De um lado, havia a criminalização das ações diretas; de outro, uma abertura pragmática por parte do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) para dialogar com as demandas por representatividade<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> No final de 2023, foi feita uma votação pública, via internet, e escolhidas para construção as seguintes estátuas: Mãe Sylvania de Oxalá, Elza Soares, Chaguinhas, Lélia González e Milton Santos.

<sup>18</sup> Digno de nota é o fato de todas as novas esculturas terem sido produzidas por escultores negros(as), o que acena, mais uma vez, para a demanda por representatividade que acompanha a agenda política do movimento negro contemporâneo que se forma

Essas dinâmicas evidenciam que as homenagens e contramonumentos erguidos desde 2020 não devem ser interpretados de forma linear. Em muitos casos, é a apropriação crítica feita pelos movimentos negros e antirracistas que lhes confere sentido político na estética, evitando que tais iniciativas se esvaziem em gestos simbólicos de conciliação. Em São Paulo, os contramonumentos dedicados a Tebas, Madrinha Eunice e Zumbi dos Palmares, entre outros, vêm sendo incorporados a roteiros de memória, ações educativas e práticas de educação patrimonial que tensionam a narrativa oficial da cidade e reinscrevem no espaço urbano a centralidade da experiência negra a partir dos conflitos.

Fora da capital paulista, observa-se movimento semelhante, que ganha força e diversidade. No Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, foram erguidos contramonumentos dedicados a figuras como Marielle Franco (2021), Maria Felipa (2023), Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus (2024) e Enedina Alves Marques (2024). Surgidas no intervalo entre o “Efeito George Floyd” e os dias atuais, essas iniciativas materializam uma agenda de reconstrução simbólica em curso no país — um processo que combina denúncia, invenção e disputa pela história. Em comum, trazem a tentativa de reinscrever presenças negras e femininas em espaços antes reservados ao poder colonial e patriarcal. No entanto, cada uma dessas experiências percorreu caminhos tortuosos até se concretizar, enfrentando impasses políticos, entraves burocráticos e resistências de ordem estética e ideológica — revelando o quanto a produção de memória continua sendo desafiadora.

No escopo deste dossiê, contudo, interessa-me destacar não os contramonumentos que se ergueram após 2020, mas sim uma experiência anterior registrada na cidade de São Paulo: o contramonumento dedicado à Mãe Preta. Essa escultura, que foi esteticamente criticada

---

durante e após ditadura empresarial-militar. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/capital-paulista-tera-cinco-novas-estatuas-de-personalidades-negras/>> [Acesso em: 10/10/2025]

pelo *velho militante José Correia Leite*<sup>19</sup> ajuda a compreender dilemas antigos da luta contra o racismo. Tomando como base algumas passagens de Clóvis Moura, proponho revisitá-la para refletir sobre a persistência das contradições que estruturam a produção simbólica da memória coletiva a partir da discussão conceitual de contramonumento, sobretudo, como sua leitura sociológica pode nos auxiliar a compreender, e intervir, nas disputas pela construção de memórias verdadeiramente emancipatórias.

## **Mãe Preta: contramonumento ou monumento?**

Enquanto em São Paulo a imprensa negra articulava, no final dos anos 1920, a campanha pela construção do primeiro contramonumento dedicado a uma personalidade negra, a herma de Luiz Gama, no Rio de Janeiro ganhava força uma mobilização liderada pelo jornalista Cândido de Campos em defesa da edificação de uma estátua à Mãe Preta. Essa proposta, apoiada por setores da elite que propagavam o mito da harmonia racial, revelava de forma ambígua as disputas entre o reconhecimento e o controle da memória negra no espaço público. Em São Paulo, jornais como *O Clarim d'Alvorada*, dirigido por José Correia Leite, e *O Progresso*, de Lino Guedes, manifestaram apoio à homenagem, que coincidiu com a campanha pela institucionalização do “Dia da Mãe Preta” defendida inicialmente por Leite e endossado por Guedes.

Como bem relatado no artigo “*Um retumbante Orfeu de Carapinha*” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama, de Stumpf e Velozzo (2018):

Quando o Progresso lançou efetivamente a campanha pela herma de Luiz Gama, em setembro de 1929, a empresa pela homenagem

---

<sup>19</sup> Em referência ao livro *E Disse o Velho Militante José Correia Leite* do escritor Cuti, publicado originalmente em 1992.

à Mãe Preta estava em pleno vapor na capital do país [rio de janeiro]. Ao mesmo tempo, o Clarim d'Alvorada assumia para si a celebração de tal figura em São Paulo, por meio da campanha para institucionalizar o dia 28 de setembro como data em sua memória. Não havia, dessa forma, nenhuma concorrência entre as iniciativas. Fato é que, se a campanha pela herma de Luiz Gama levou muito mais tempo do que previra para alcançar seu objetivo, o monumento à Mãe Negra emulado desde 1926 no Rio de Janeiro só seria construído 27 anos depois, em São Paulo. A escultura à Mãe Preta erguida no Largo do Paissandu em 1955 não guarda, aliás, filiação direta com a campanha iniciada por Cândido de Campos. Aquela iniciativa malogrou com a Revolução de 1930, que desestruturou a comissão criada para sua implementação. (STUMPF e VELLOZO, 2018: 181-82).

A figura da Mãe Preta foi, e ainda é, frequentemente tratada como um símbolo de conciliação nacional, mas como bem lembrado por Lopes, nem sempre foi assim. A análise das representações sociais da mãe negra, presentes na imprensa geral e nos depoimentos de ativistas negros, revela a existência de visões altamente divergentes e críticas sobre esta figura. Por exemplo, o jornal Diário da Nação, em 1928, divulgou que muitos brancos do século XIX e XX deploravam o “efeito corruptor” que a criação dada por amas negras tinha sobre as crianças, chegando a sugerir que algumas escravas negras “em nada contribuíram para a formação da raça e da nacionalidade”. Além disso, quando se discutiu a construção do monumento à Mãe Preta no Rio de Janeiro, houve protestos, notadamente por parte de figuras como o Dr. Alfredo Ellis Júnior – um descendente de imigrantes – que negava qualquer importância do negro no processo de formação do Estado. Em contraste, a imprensa negra, a exemplo da paulistana, com *O Clarim d'Alvorada*, via a imagem da mãe negra como um símbolo positivo da cultura afro-brasileira, buscando comemorar o Dia da Mãe Preta; a Associação Cultural do Negro (ACN), festejava amplamente sua figura

em datas comemorativas, isso para ficar em poucos exemplos (Idem, p. 127-133).

A despeito do projeto inicial para a construção do monumento no Rio de Janeiro ter sido “abortado” pela Revolução de 1930, a aspiração de eternizar a Mãe Preta ressurgiu com força em São Paulo na década de 1950, impulsionada pelo Clube 220. Esta entidade, que congregava a “família de cor” paulistana, protocolou em janeiro de 1953, sob a liderança de Frederico Penteadó Junior, um memorial à Câmara Municipal solicitando a ereção do Busto da Mãe Preta. A ideia de se fazer essa homenagem era antiga entre a militância negra paulista, que via a Mãe Preta como um símbolo positivo da cultura afro-brasileira. Contudo, a proposta do Clube 220 para incluir o monumento nas comemorações do IV Centenário da cidade foi rejeitada em diversas ocasiões. O reconhecimento público para a construção da estátua só foi efetivamente conquistado quando a Comissão em defesa do monumento entregou um abaixo-assinado à comissão do IV Centenário, obrigando a sua inclusão nas atividades. A estátua foi esculpida por Júlio Guerra, o mesmo artista responsável pelo monumento dedicado ao bandeirante Borba Gato, e inaugurado por volta de 1955 no Largo do Paissandu.

A inauguração da estátua não encerrou o conflito, sendo marcada por intensas disputas ideológicas e rivalidades internas na coletividade negra. Frederico Penteadó Júnior centralizou os atos e protestou contra aqueles que tentavam “macular a figura lendária” ou transformar o movimento cívico em “balela política”, utilizando o símbolo para promover publicamente a ideia de uma “democracia racial” brasileira. Essa visão conciliatória alcançou seu auge quando o presidente da ditadura, Médici, compareceu à comemoração em 1972 a convite do próprio Clube 220, sendo saudado por Penteadó Júnior como o mandatário da “Revolução de 31 de março [1964]”, data em que se consolida a ditadura empresarial militar no Brasil (Idem, p. 139-140).

Outro convite foi feito a outro ditador alguns anos depois. Ernesto Geisel recusou de forma categórica o convite para participar

das comemorações do 13 de maio que se realizariam junto à escultura. Ele afirmou que a celebração da figura da “mãe preta” representava uma forma de discriminação racial e acusou a entidade responsável pelo convite, a Associação dos Homens de Cor, de promover o que chamou de “racismo às avessas” (Idem, p. 138).

Na mesma década de 1970, a nova geração de ativistas, a exemplo do então MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial), hoje apenas Movimento Negro Unificado (MNU), e do jornal *Jornegro* - vinculado ao Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), também buscaram ativamente questionar o símbolo, que era visto por eles como uma imagem da subserviência e um “mito” que causava alienação (Idem, p. 140). As gerações das décadas de 1950, 1960 e 1970 expressam um momento de profundas transformações no movimento negro. A referência deixa de ser o 13 de Maio e a figura da princesa Isabel, símbolos de uma abolição concedida, para se afirmar no 20 de Novembro e em Zumbi dos Palmares, ícones de uma liberdade conquistada pela resistência negra (Domingues, 2007: 117-119), sendo Clóvis Moura, o intelectual utilizado como referência teórica e política dessa geração.

O que se percebe, a partir do que foi exposto até aqui, é que tanto a defesa quanto a crítica a esse símbolo revelam uma complexa teia de significados: ora servem para negar o racismo e a contribuição negra na formação do país, ora para reafirmar justamente esses aspectos. Essa disputa não é estática; ela se reinventa conforme os desafios e as transformações políticas vividas dentro e fora do movimento negro, refletindo diferentes estratégias de afirmação e de leitura da memória.

Nesse sentido, compreender a escultura da Mãe Preta apenas como um monumento *tradicional* seria uma simplificação injusta. Sua trajetória simbólica mostra que ela também foi apropriada e ressignificada em distintos contextos, assumindo, em muitos momentos, características de um contramonumento — um espaço de contestação e de produção de memória que tensiona, em vez de reproduzir, as narrativas hegemônicas sobre o passado.

Diferentemente da perspectiva que adotei em meu Trabalho de Conclusão de Curso (LIMA, 2021), quando optei por não classificar a escultura como contramonumento ou antimonumento, mas como um monumento de caráter tradicional, chegando a categorizar enquanto “monumento assimilacionista”, neste momento reviso essa concepção. Essa mudança de olhar deve muito às releituras de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, e a leitura de Maria Aparecida de Oliveira Lopes, que amadureceu meu entendimento sobre as camadas históricas, simbólicas e políticas que atravessam essa representação negra.

## **Um contramonumento!**

Como lembra a grande Lélia Gonzalez: a interpretação única de que a mãe preta é apenas um símbolo de conciliação reduz e neutraliza a potência histórica de sua imagem. Ao questionar essa leitura domesticada, Gonzalez nos convida a disputar o sentido desse símbolo no interior das lutas por memória e representação. Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), a autora faz as seguintes considerações ao apresentar sua formulação sobre *pretuguês*:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. [...] E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao da língua materna e a uma série de outras coisas. (GONZALEZ, 1984: 235, grifo do autor).

Nos serve muito essa leitura de sua complexidade apresentada por Lélia, para interpretar um contramonumento.

O que acabou servindo como argumento final para deslocar a homenagem à Mãe Preta da categoria de monumento para a de contramonumento foi justamente as reflexões de Clóvis Moura sobre os usos e disputas em torno da estátua — reflexões que trazem historicidade à discussão e revelam a complexidade de um símbolo atravessado por múltiplas camadas de conflito. Esse deslocamento é particularmente instigante, e pode até soar contraditório à primeira vista, pois diferente de Gonzalez, Moura, na segunda parte de *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* (2021), caracteriza a figura da Mãe Preta como um símbolo “masoquista” da cultura dominante, representando o “bom escravo” docilizado e submisso, funcional à ideologia da democracia racial.

No entanto, essa leitura ganha contornos mais complexos em *Sociologia do Negro Brasileiro*, especialmente na seção “Da rebeldia do negro ‘bárbaro’ à ‘democracia racial’”, onde Moura amplia o debate e sugere que o monumento pode transcender o significado de submissão pura da figura, tornando-se expressão de conflito e resistência.

Ao discutir as religiões de matriz africana como componente de resistência cultural frente a processos assimilacionistas, Moura cita Abdias Nascimento e outros autores para demonstrar que o sincretismo religioso, embora muitas vezes tratado como sinal de harmonia, é de fato um campo de tensão ideológica. A religião dominante admite a fusão simbólica apenas quando ela contribui para a conversão e o controle; quando ocorre o inverso, isto é, quando as práticas afro-religiosas afirmam-se autonomamente e desafiam a hegemonia, os mecanismos de repressão se tornam evidentes.

É o caso de episódios concretos relatados por Moura, como a proibição da Missa dos Quilombos pelo Vaticano e, sobretudo, o ocorrido em 1977, quando membros de um candomblé, impedidos de celebrar Xangô na Igreja do Rosário, deslocaram-se até o Largo do

Paissandu e depositaram um ramallete de rosas aos pés do Monumento à Mãe Preta. O gesto, logo advertido por um tenente do Departamento de Segurança Viária (Moura, 1988: 58-59), demonstra que a estátua da Mãe Preta serviu, naquele momento, para contestar a decisão.

Em outra passagem do mesmo livro, ao apontar a contradição do discurso de democracia racial e a prática discriminatória, Moura cita o evento envolvendo Ernesto Geisel relatado há pouco como uma recusa por parte da ordem em celebrar esse símbolo enquanto um símbolo de união. A alegação do presidente para recusar a participação foi a de que “não tínhamos mais negros no Brasil, mas sim cidadãos brasileiros”. Ele chamou os membros da comissão de divisionistas e impatriotas e mandou que se retirassem (Idem, p. 100-101).

Essa visão historicizada vinda de Clóvis Moura, o intelectual negro marxista, referência essencial para a geração do movimento negro durante a ditadura, ele próprio, junto a essa mesma geração, críticos da figura da mãe preta, mas atento para as movimentações políticas entorno das lutas do tempo presente, no caso, da época em que se narra. Pensar contramonumento precisa ser, da forma como Moura coloca, historicizado. Ainda que se trate de uma disputa por memória. Aqui se delinea um encontro entre história e memória. Portanto, de narrar a complexidade dos fatos à luz das disputas políticas que se travam no hoje.

Essas situações evidenciam que a escultura, longe de representar apenas uma figura passiva e conciliadora, adquire o papel de centro organizador de resistência cultural e política, por vezes hostilizado pela ordem, seja política ou religiosa. Assim, a força simbólica do contramonumento à Mãe Preta não reside unicamente em sua forma estética ou intenção original dos “criadores”, mas na maneira como foi ressignificado pela comunidade negra no decorrer dos anos, tornando-se espaço de ação coletiva, protesto e afirmação religiosa. É precisamente esse processo de apropriação e disputa que o transforma, retrospectivamente, em um contramonumento, um lugar de memória

insurgente que desestabiliza a narrativa oficial e expõe as contradições da nação e de sua ideia de democracia racial. Se houve conflito, podemos chamar de contramonumento.

Pensar o conceito de contramonumento a partir da contribuição historicizada que Moura, mesmo que negando a complexidade da figura Mãe Preta, revela importantes reflexões acerca dos sentidos que se atribuem aos símbolos, às imagens e às formas de memória pública. Sua análise permite compreender que as representações negras no espaço urbano, como a da Mãe Preta, não são fixas nem unívocas, mas campos de disputa em constante reinterpretação.

Quando Moura identifica, no mesmo objeto, tanto a figura conciliatória da “boa escrava” quanto o foco de resistência cultural contra a repressão religiosa, ele permite uma leitura sociológica que se aproxima do que venho estruturando enquanto contramonumento em minha pesquisa: uma forma de memória viva, tensionada com as lutas do tempo presente, que se opõe à monumentalização oficial da conciliação racial apresentando anti-heróis como heróis, ou simplesmente mostrando a contradição no lugar da assimilação.

Assim, o monumento à Mãe Preta, reinterpretado à luz de algumas passagens da obra de Moura, deixa de ser apenas um marco de reconhecimento e passa a operar como um espaço de insurgência simbólica de muitas lutas e ativistas negros/as, onde as vozes encontram, na materialidade da cidade, meios de afirmar presença e desafiar narrativas hegemônicas sobre o passado e o presente. Toda essa discussão pode ser aproveitada pela geração herdeira do Efeito George Floyd.

**Figura 1** - Comemoração do 13 de Maio em frente ao monumento à Mãe Preta (1969)



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> A imagem integrou o acervo da exposição “Memórias do Futuro: Cidadania Negra, antirracismo e resistência”, que ficou em cartaz entre 2022-2023 no Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Catalogo-Exposicao-Memorias-do-Futuro-Memorial-da-Resistencia-de-Sao-Paulo.pdf>> Acesso em: 10/10/2025

#### 4. Considerações finais — Lutas por memória e a atualidade de Clóvis Moura

O Efeito George Floyd, como resgatado inicialmente, desencadeou uma eclosão na discussão pública sobre racismo e memória, impactando a agenda política dos movimentos antirracistas em escala global, com importante repercussão na América Latina e Caribe. No Brasil, esse impacto se traduziu em atos de contestação simbólica, tanto com o incêndio do Borba Gato, quanto com a multiplicação de iniciativas de reconhecimento de personalidades negras no espaço urbano. O contexto de 2020 abriu uma *janela de oportunidade*: ampliou o poder de negociação entre movimentos sociais e instituições públicas/privadas, um momento em que a agenda de diversidade e inclusão parecia encontrar respaldo político e mercadológico. Hoje, com o refluxo desse ciclo, as conquistas permanecem, mas as contradições seguem visíveis.

As novas homenagens erguidas em praças e avenidas paulistanas após o EGF mostra algo inédito para cidade e no país, uma leva de construções de estátuas negras — a Tebas, Carolina Maria de Jesus, Geraldo Filme, Itamar Assumpção, Adhemar Ferreira da Silva e Madrinha Eunice, além de outras anunciadas que não foram construídas ainda. Retomam, sob novas formas, o movimento estético contramonumental, e abrigam conflitos e divergências no momento de formulação e implementação da política pública. Concretamente, essas homenagens não mudaram o cenário de desigualdade racial, tampouco com isso se resolve as principais mazelas que atinge o/a negro/a no Brasil. Entretanto, pode, deve e vem sendo usado de forma estratégica, como espaço que contribui para contar outras histórias.

Diferentemente das primeiras experiências, como a herma de Luiz Gama (1931) e a estátua da Mãe Preta (1955), essas iniciativas partiram do próprio poder público, pressionado pela agenda global e local. Nessa disputa, o contramonumento se consolida não apenas como forma estética, mas como prática política de reinscrição da presença negra na paisagem urbana, uma presença que interpela, desafia

e ressignifica o espaço público. Sem essa presença desafiando a ordem, não teríamos contramonumentos, e sim monumentos esvaziados de sentido crítico.

Pensar o contramonumento à Mãe Preta a partir de Clóvis Moura nos permitiu compreender o sentido prático do conceito, revela que a memória não é um arquivo fixo do passado, mas um campo de forças do presente. Moura nos ensina que recordar criticamente é um ato urgente, pois envolve tanto o enfrentamento à dominação quanto a afirmação das resistências históricas que se comunicam. Assim, o contramonumento à Mãe Preta rompe com a imagem conciliatória de “maternidade servil” e a reconstrói como figura insurgente a partir das lutas, símbolo das mulheres negras que sustentaram a vida e a cultura afro-brasileira sob o peso da violência colonial, como bem lembrado por Lélia Gonzalez. Ao fazê-lo, recoloca no centro da cena urbana as memórias que forças conservadoras e reacionárias tentam sabotar.

Hoje, quando movimentos como o Mobiliza Saracura Vai-Vai, o Instituto Tebas, o Movimento Negro Unificado, a União dos Amigos da Capela dos Aflitos (UNAMCA), a Escola de Samba Lavapés, o Guia Negro, o Ilú Obá de Min, o Samba da Madrinha Eunice, Esquisito Filmes, a Casa Sueli Carneiro, o Cartografia Negra, e tantos outros se articulam em torno de práticas de rememoração, aulas públicas, marchas, roteiros de memória, produção de documentários, vemos a memória se tornar um terreno vivo de mobilização. Nessa acepção, o contramonumento não é uma obra que encerra o passado, não é uma pedra moldada e esvaziada de sentido, oportunizada apenas por interesses políticos institucionais, mas sim um MOVIMENTO que se articula em torno das homenagens insurgentes, vindas dos *condenados da terra* em nome de heróis desconhecidos. Um gesto que reabre, reinterpreta, convidando o presente à reflexão e à ação. Ele expõe o conflito, ponto de maior diálogo com Moura.

O contramonumento antirracista, portanto, emerge como dispositivo crítico, capaz de desafiar os mitos fundadores da nação e propor novos modos de existência, visibilidade e pertencimento no espaço

público. Em tempos de ataques à memória e de negação das desigualdades, revisitando Clóvis Moura é reafirmar que não há futuro democrático e anticapitalista sem enfrentar as heranças simbólicas e materiais do racismo e vice-versa. Se os símbolos coloniais e escravocratas são questionados, a própria forma de contar a história também o é. Nessa reescrita, Clóvis Moura é o grande intérprete das injustiças de *Clio*.

## Referências

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 113-136, 2007.

FARIAS, Márcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. 2. ed. [S.I.] Dandara Editora, 2024.

FRASER, Nancy. Pensando de nuevo la esfera pública. Uma contribuição à crítica das democracias existentes. In: *Iustitia Interrupta: Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"*. Santaafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, 1997. p. 113-132.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

INSTITUTO PÓLIS. *Patrimônio, Memória e Diversidade: um olhar antirracista sobre monumentos na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/02/patrimonio\\_memoria\\_diversidade\\_versao\\_divulgacao\\_09fev23.pdf](https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/02/patrimonio_memoria_diversidade_versao_divulgacao_09fev23.pdf)

LIMA, Elisângela Oliveira. *Movimento Negro, Monumento e Memória na Agenda Política da Cidade de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2021.

- LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. *As representações sociais da Mãe Negra na cidade de São Paulo*. UNESP, São Paulo, 2007.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988
- MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?*. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021
- MOURA, Clóvis. Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder. In: *Marxists Internet Archive*, [c. 1990]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1990/11/atritos.htm>. Acesso em: [10/10/2025].
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. In: *Psicol. USP* [online]. vol. 27, n.1, pp.49-60, 2016.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da; LIMA, Elisângela Oliveira. Borba Gato em chamas: disputas pela memória social, lutas negra e periférica em São Paulo. In: *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1-34, 2024.
- STUMPF, L. K.; VELLOZO, J. C. O. Um retumbante Orfeu de Carapinha no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. In: *Estudos Avançados*, v. 32, p. 167-194, 2017
- WELLE, Deutsche. *George Floyd disse mais de 20 vezes que não conseguia respirar, revela transcrição*, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/09/george-floyd-disse-mais-de-20-vezes-que-nao-conseguia-respirar-revela-transcricao.ghtml>>. Acesso em: 10 de out de 2025.